

*Artigos Originais***CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES EM NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL PAULISTA***Original Articles***CONSIDERATIONS ABOUT TEACHERS ONGOING FORMATION INTO FEDERAL AND SÃO PAULO STATE SPHERES**

Bruna Maria Cristina da Silva*

<http://lattes.cnpq.br/2228795344953829>brunamcris@hotmail.com

Ana Laura Jeremias Urel**

<http://lattes.cnpq.br/8364727818545042>laura.urel@gmail.com

CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)   

RESUMO

Este artigo, elaborado a partir de uma pesquisa sobre formação de professores, apresenta discussões sobre os programas de formação continuada e sua relação com as reais necessidades dos docentes, bem como a que se destinam de fato. Essas discussões representam um período histórico na educação brasileira em que são traçadas perspectivas sobre a melhoria da qualidade em educação. Com base no conceito de políticas educacionais de formação, temos como objetivo, neste artigo, conduzir uma discussão no que se refere às perspectivas sobre formação de docentes. Para tanto, pensamos em Gatti, Barreto e André (2011), a qual trata de forma mais aprofundada sobre as políticas para formação de professores. Metodologicamente, o trabalho se caracteriza por uma revisão bibliográfica, principalmente, a partir da pesquisa de Gatti, Barreto e André (2011). A partir da autora, relacionamos as políticas e programas de formação de professores das esferas federal e estadual paulista por meio dos *websites*, os quais apresentam informações que nos indicam a concepção de formação. Num segundo momento, a pesquisa é voltada para a análise dos discursos apresentados nesses *websites*.

* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus de Marília. Bolsista CAPES.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus de Marília. Bolsista CAPES.

Dessas relações, concluímos que os programas para formação continuada de professores têm lugar importante no cenário da educação brasileira, desde que exerçam, de fato, o papel de uma formação que vá além da inicial e que corresponda à necessidade do trabalho docente.

Palavras-chave: formação de professores. formação continuada. qualidade em educação.

ABSTRACT

This paper, elaborated from a research about teacher training, presents discussions about the program of ongoing formation and its relation to the real needs of teachers, as well as their in fact intend. These discussions represent a historical period in Brazilian education, that have drawn perspectives on improving the quality of education. Based on the concept of educational policies for training, we aim, in this paper, to promote a discussion about the perspectives on teacher training. To this, we have Gatti, Barreto and André (2011) as theoretical reference, which deals more thoroughly with policies for teacher training. Methodologically, the paper is characterized by a literature review, especially from Gatti, Barreto and André (2011) researches. From the author, we related policies and training programs for teachers, into the federal sphere and into São Paulo state, through the websites which provide information and indicate the conception of teacher training. In a second moment, the research is focused on the analysis of the speeches made at such websites. From these relations, we concluded that programs of ongoing formation for teachers have important place in the Brazilian education scenario, since they are engaged, in fact, with a training that goes beyond and corresponds to the needs of teachers.

Keywords: teacher training. ongoing formation. quality of education.

INTRODUÇÃO

A intenção deste texto é conduzir considerações acerca dos programas de formação continuada de professores nas esferas federal e estadual paulista, os quais se configuram, de acordo com os websites das duas esferas, como *“iniciativas para a melhoria na qualidade do ensino”*. Para tanto, utilizamos o levantamento realizado por Gatti Barreto e André (2011), os quais nos permitem interagir com as informações encontradas nos websites e que nos possibilitam tecer considerações sobre a lógica dos programas de formação continuada dos docentes.

As discussões acerca dos programas de formação de docentes, assim como o próprio currículo dos cursos de graduação¹ para a formação de docentes e os cursos de formação continuada oferecidos pelo governo federal por meio das esferas estaduais e municipais, problematizam a regulação que o Estado tem exercido e o que se espera quando se fala nesse tipo de formação. Essas discussões permeiam os resultados das avaliações de larga escala e a situação do Brasil no *ranking* mundial de educação. No entanto, o objetivo deste artigo é compreender a lógica dos cursos de formação continuada oferecidos e em que medida contribuem para a formação dos docentes em atividade, especificamente dos que têm como ofício ministrar aulas da disciplina de história no ensino estadual paulista².

A regulação da formação continuada de docentes, em nível federal, é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Desde 2009 existe a Plataforma Freire – um sistema eletrônico – “[...] com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica.” (BRASIL, 2009, grifo nosso). Em 2012, o sistema eletrônico passou a ser gerido pela Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), o qual tem a responsabilidade por cursos de formação de professores da Educação Básica, como: Prodocência, Pibid e ParFor.

Primeiramente, serão apresentados os órgãos governamentais federais que gerem os programas de formação docente – MEC e Capes e o programa ParFor. Em seguida, será apresentada a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP), um programa do governo estadual paulista, cuja finalidade é oferecer cursos de formação a distância, após aprovação do candidato no processo seletivo para docentes e para os que já atuam na rede de ensino. A RedeFor também faz parte do programa

¹ Não é nossa intenção apresentar e discutir a lógica dos programas de formação inicial. Ao longo do texto, algumas vezes, fizemos referência a essa formação como forma de considerá-la como fundamental, mesmo que, por vezes, não consigamos desvinculá-los - pela formação continuada se configurar como uma extensão da inicial ou por tentar preencher as falhas do currículo da formação inicial.

² Optamos por considerar a formação continuada do professor de história por compreendermos a importância dessa disciplina no currículo do ensino fundamental e médio e, principalmente, pelas mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, devendo ser trabalhado em todo âmbito do currículo escolar. É importante ressaltar que a referida lei traz em seu texto que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (Art. 26, 2º), o que indicaria uma (re)organização da formação continuada afim de atender às exigências da lei.

estadual paulista, o qual oferece, por meio das principais universidades públicas do estado, cursos de especialização para os docentes de sua rede de ensino.

Por fim, serão apresentados os argumentos, com base em Gatti, Barreto e André (2011), sobre a temática do artigo e, a partir deles, teceremos nossas considerações a respeito dos programas de formação de docentes em nível Federal, do Estado de São Paulo.

Pensando na formação inicial e continuada de professores que, realmente, é um dos grandes problemas da educação brasileira e levando em conta a importância crucial do professor no processo de ensino e aprendizagem, este artigo tem como objetivo principal, discutir tal problemática na formação continuada do Estado de São Paulo.

Assim, um segundo objetivo é apresentar quais são os programas de governo que pretendem cumprir com o propósito de formação continuada de professores, aqueles que são oferecidos pelo governo federal e estadual.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza metodologicamente por um estudo explicativo, de base estruturalista, já que, segundo Demo (1981, p. 201) “[...] em que pese o esforço da defesa, o estruturalismo é a metodologia que levou ao extremo a expectativa de explicação pela forma analítica [...]”. De acordo com Demo (1981), a consciência histórica também é um fator fundamental para os estruturalistas, já que, para eles, há sempre uma estrutura que abarca os fatos. Nesse contexto, é importante, em nossa pesquisa, considerar que as ideologias criam realidades, ainda mais quando se trata de uma pesquisa que envolve períodos governamentais com ideologias diferentes, mas que, no entanto, estão sob uma estrutura neoliberal.

Diante dessa introdução, primeiramente, escolhemos como objeto de pesquisa a formação continuada de professores, a partir da qual poderemos apresentar e discutir as condições para que ela se formalize enquanto política educacional de formação, por meio de programas do governo federal e estadual paulista.

Para tanto, utilizamos como base o livro “Políticas Docentes no Brasil” de Bernadete Gatti, Elba Siqueira de Sá Barreto e Marli Eliza Dalmazo de Afonso André.

A pesquisa de base qualitativa, portanto, foi realizada a partir da análise documental, mas tivemos como acessório a análise do discurso. A análise documental é considerada um estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma gama de informações sobre a legislação, processos e condições, requisitos e dados, livros, textos, etc. (TRIVIÑOS, 1987 p. 111). Os dados foram coletados nos *websites* do Ministério da Educação: Plataforma Freire e Parfor; e *websites* da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Redefor, Rede do Saber e Escola de Formação de Professores.

Dessa maneira, a pesquisa se caracteriza, também, pela análise do discurso, já que os *websites* se constituem como discursos múltiplos em diálogo e não apenas “dados”. Assim, serão analisadas marcas discursivas que trazem estratégias de comunicação – quem elabora as políticas é porta voz das políticas educacionais – para a constituição de um perfil de professor.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

A formação continuada tem grande importância no processo de desenvolvimento profissional dos docentes e não deve ser vista apenas como um curso para trabalhar com questões que deveriam ter sido abordadas em sua graduação. Além disso, essa formação também deve ter relação com a realidade da escola desse professor e ele também precisa participar desse processo, pra que essa formação possa ser levada para o dia a dia do seu trabalho. Segundo Gatti, Barreto e André (2011, p. 204):

A melhoria da formação inicial é essencial para que a formação continuada possa atingir seus objetivos. No entanto, se os salários continuarem pouco atrativos, se as condições de trabalho nas escolas não forem minimamente adequadas, se não for criado um suporte sociopedagógico no ambiente escolar, é possível que os docentes mais preparados tendam a evadir-se do magistério, a buscar outras oportunidades profissionais.

Dessa maneira, partimos para a apresentação de dois programas de formação docente: um federal e outro estadual paulista. Primeiramente, para entendermos qual é a lógica de constituição desses programas. Em seguida, para compreendermos como é realizada a formação continuada do professor de história da Secretaria de Educação do

Estado de São Paulo quando esse se inscreve num curso que é oferecido pelo programa federal de formação continuada vinculada às Instituições de Educação Superior do Estado de São Paulo.

O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ParFor) E A ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES “PAULO RENATO COSTA SOUZA” (EFAP)

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (ParFor) – é parte integrante do Plano de Ações Articuladas (PAR) no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. Abrange todos os estados brasileiros e tem como principal objetivo oferecer: 1ª licenciatura aos professores que ainda não possui essa formação inicial; 2ª licenciatura aos profissionais que já são graduados, mas que atuam fora da área de formação; e cursos de formação pedagógica aos bacharéis que não possuem licenciatura (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011).

Segundo o website do MEC, o ParFor:

[...] visa induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2009)

Esse programa federal é um plano emergencial para garantir a formação inicial aos docentes que já atuam na rede básica de todo o Brasil e ainda não possuem a formação superior. Primeiramente, o MEC era responsável pela plataforma Freire - o sistema eletrônico que faz a gestão e o acompanhamento do plano de formação. A partir de 2012, a Capes passou a gerenciar esse sistema em relação às proposições, inscrições e parcerias com os Institutos de Educação Superior parceiros.

[...] a Capes atualmente publica a relação dos cursos superiores ofertados pelas Instituições de Educação Superior para os professores da rede pública de educação básica; os professores interessados em participar dos cursos fazem sua pré-inscrição; as secretarias municipais e estaduais de educação validam a pré-inscrição dos professores de sua rede; as universidades extraem a relação de professores pré-

inscritos e, após o processo seletivo, registram os alunos matriculados. (BRASIL, 2009).

Nesse sistema, há parceria entre as IES, as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e a Capes. As instituições que ofertam os cursos são públicas e esses podem ser presenciais ou à distância. O processo de inscrição e matrícula nos cursos funciona de acordo com a oferta de turmas em cursos de licenciatura ou de segunda licenciatura na – modalidade presencial – e em turmas de formação pedagógica.

Afirmamos que há iniciativa de formação continuada de docentes pelo governo federal. No caso do ParFor, o qual tem parceria com universidades federais e estaduais públicas, acreditamos que a tentativa de consolidar um programa de formação que realmente contemple as necessidades dos docentes existe e pode ser bem organizado e estruturado. Porém, concordamos que não são todos os docentes que conseguem efetivar suas matrículas por conta da demanda e não temos a pretensão, neste momento, de aferir a qualidade desses cursos.

Consideramos relevante que haja a preocupação de a formação inicial oferecida pelo ParFor seja feita na modalidade presencial, assim como defendem as autoras nas quais baseamos nossas considerações. Em relação à formação continuada, não questionamos o fato de ser oferecida na modalidade à distância. Averiguaremos e questionaremos o fato de essa formação ser apenas uma extensão da graduação, de ser uma tentativa de cobrir alguns conteúdos os quais não foram contemplados no currículo da graduação, ou ainda, de não estar relacionada à demanda cotidiana do docente.

Dando continuidade, apresentaremos um programa do governo estadual paulista em relação à formação continuada. Essa iniciativa faz parte de um programa do estado de São Paulo, desde o governo José Serra (2007-2010), o qual tem como objetivo aumentar a qualidade da educação paulista.

Segundo o website da Rede do Saber³, a EFAP foi criada em 2009 e integra o Programa Mais Qualidade na Escola⁴ e, portanto, oferece cursos de formação

³ Segundo o website, “[...] a Rede do Saber caracteriza-se por um conjunto articulado de dispositivos técnicos e metodologias capazes de criar um sistema de comunicação e de trabalho interativo de largo alcance. Para isso, está fortemente apoiada em recursos de teleconferência, videoconferência, ambientes de colaboração virtual pela internet, ferramentas administrativas

continuada aos funcionários da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Esses cursos utilizam a EaD, por meio do sistema de videoconferências da Rede do Saber e ambientes virtuais de aprendizagem, com atividades presenciais e em serviço (SÃO PAULO, 2012).

O objetivo central do Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP) consiste em “[...] *contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público do Estado de São Paulo.*” (SÃO PAULO, 2012, grifo nosso). Os discursos apresentados no website nos indicam sempre para a qualidade do ensino, mas sempre vinculada ao índice das avaliações externas, como já mencionadas anteriormente: Saresp e Saeb. Para alcançar esse objetivo principal, a EFAP utiliza:

[...] uma infraestrutura tecnológica composta por ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de colaboração on-line e uma rede de videoconferência, implementando e estruturando cursos com o foco no *aperfeiçoamento e no desenvolvimento* profissional dos servidores da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2012, grifos nossos)

Segundo o *website* da EFAP, o qual é vinculado à Rede do Saber e ao da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, essa iniciativa pretende informar e inspirar o dia a dia do trabalho do professor, com exemplos de boas práticas e dicas de livros. Há um acervo de videoconferências, dos cursos oferecidos, dos roteiros de atividades e materiais de apoio.

integradas e *expertise* de gestão e educação com suporte de tecnologias de informação e comunicação. Maior rede pública de videoconferências com finalidade pedagógica da América Latina, a Rede do Saber tem possibilitado à Secretaria da Educação manter programas permanentes de capacitação em serviço e acompanhar o desenvolvimento de seus profissionais, pois minimiza a necessidade de afastamento temporário do serviço, corta os enormes gastos com transporte, estadia e alimentação e facilita o contato com os mais bem conceituados especialistas dos temas escolhidos para as capacitações.” (SÃO PAULO, 2008)

⁴ “O governador José Serra sancionou no dia 16/07/2009 dois Projetos de Lei Complementar que contribuem para a melhoria da qualidade de ensino oferecido aos 5,3 milhões de alunos da rede estadual – Programa mais Qualidade na Escola. Um dos projetos cria 80 mil novos cargos de professores de educação básica, permitindo que novos concursos públicos sejam abertos pela Secretaria de Estado da Educação. Os projetos também criam duas novas jornadas de trabalho para os docentes. Uma delas é a jornada integral, com 40 horas de trabalho semanal, que atende a uma antiga reivindicação dos professores do Estado. A segunda é a jornada reduzida, onde o docente trabalha 12 horas por semana. [...] A Lei também estabelece novas regras para o ingresso de professores na rede. Depois de selecionados em concurso, os docentes passarão por curso de capacitação para o exercício do magistério, que será oferecido pela Escola de Formação de Professores do Estado. Serão quatro meses de aulas com atividades em classe e práticas escolares. Durante este período, os candidatos a professor vão receber 75% do salário inicial da categoria.” (SÃO PAULO, 2009).

Assim como o ParFor, a iniciativa em promover cursos de formação continuada aos professores da rede paulista parece uma tentativa de oferecer cursos de aperfeiçoamento que atendam às demandas do dia a dia do professor. Instituir um curso de formação para os candidatos a docentes nos indica a tentativa de formar um perfil de docente para atuar no Quadro do Magistério do Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre os programas de formação continuada e sua relação com as reais necessidades dos docentes, bem como a que se destinam de fato, traçam algumas perspectivas sobre a melhoria da qualidade em educação. Tudo isso aponta para os conceitos de políticas educacionais e formação, os quais remontam à constituição de um sistema eletrônico – ou plataformas – no qual se inserem os parâmetros de expansão e condições de ensino. Não basta oferecer os cursos de formação continuada seja qual for o nível se, de fato, não vão corresponder à necessidade do trabalho docente.

Assim, no decorrer do artigo, a intenção foi de apresentar a lógica dos programas de formação continuada e algumas tentativas que se assemelham em sua constituição.

Primeiramente, apresentou-se brevemente qual é a concepção de formação inicial e continuada com base em Gatti, Barreto e André (2011) e os levantamentos realizados por ela e as demais autoras sobre a formação docente no Brasil.

Em seguida, foram apresentados dois programas: um federal e outro estadual paulista, os quais estão relacionados à medida que os docentes do estado de São Paulo podem se inscrever no programa federal de formação continuada. O programa federal é o ParFor, o qual tem o objetivo emergencial de formar os docentes que ainda não são licenciados; oferecer a segunda licenciatura aos que exercem sua função em outra área que não a da sua formação inicial; e oferecer licenciatura aos bacharéis da rede de ensino. O programa estadual, a EFAP, visa a oferecer, além da formação para ingresso por meio de concurso público, cursos de continuação continuada por meio das universidades públicas, além da RedeFor, que se configura como grande possibilidade de cursos de especialização oferecidos pelas melhores universidades públicas do estado.

Tanto no site do MEC, da Capes como no da Rede do Saber e no da RedeFor, o qual direciona às demais dimensões dos programas de formação, observou-se um discurso que leva à persuasão de que os cursos oferecidos levam à melhoria na qualidade da educação brasileira.

As marcas discursivas presentes nos websites vinculados ao governo federal – MEC, Capes – e governo estadual – Rede do Saber e RedeFor - entre outros e utilizadas neste artigo sem alterar sua redação, indicam a pretensão do governo em assegurar essa qualidade por meio da formação dos docentes. Muitas vezes, nos discursos utilizados, percebe-se a importância que se dá aos cursos e, principalmente, na divulgação do que se têm oferecido para melhorar a formação dos docentes.

Em síntese, a formação continuada dos docentes recai na figura do próprio docente. Mais uma vez encontramos políticas educacionais que implementam programas de formação continuada que, em nossa concepção, não atendem às necessidades de um contexto educativo precário. Expande-se o número de cursos, de docentes formados, mas ainda há uma lacuna na questão do ensino que está longe da interpretação dos índices de qualidade em educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2012/2013.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. P. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 2012/2013.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica: Parfor. [2006]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 2012/2013.

_____. Ministério da Educação. **Plataforma Freire**. 2009. Disponível em: <<http://freire.mec.gov.br/index/principal>>. Acesso em: 2012/2013.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luíz Inácio Lula da Silva: Políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Marluce; OLIVEIRA, João Ferreira de, MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB..** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba S. de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília, DF: UNESCO, 2011.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Rede do Saber.** São Paulo, 2008-2012. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/>>. Acesso em: 2012/2013.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Escola de formação e aperfeiçoamento de professores.** São Paulo, [2012a]. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/portal/orgaos/orgaos-centrais/escola-formacao-professores>>. Acesso em: 2012/2013.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **RedeFor: rede São Paulo de formação docentes.** São Paulo, [2012b]. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/redefor-rede-sao-paulo-de-formacao-docente>>. Acesso em: 2012/2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

Artigo recebido em: 31/07/2013.

Aprovado em: 18/10/2013.